



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

MOVIMENTOS FEMINISTAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER: REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Maria Eduarda Batu Abreu¹
Alana Taíse Castro Sartori²

Resumo: Esta pesquisa aborda a temática da democratização do saber, delimitando-se nas contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento. Sabe-se que, historicamente, as mulheres tiveram sua participação afastada do espaço público, o que não apenas representou uma barreira para a conquista de seus direitos, mas também significou o esquecimento de práticas culturais e de conhecimento que foram por elas construídas. Assim, o problema central dessa pesquisa pode ser definido como: quais as contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento? O objetivo do estudo é analisar as contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento, relançando-as com um processo de democratização do saber. A metodologia utilizada é analítico-interpretativa, com procedimento bibliográfico em fontes indiretas, principalmente, em obras científicas escritas por mulheres. A resposta alcançada pelo estudo é de que o movimento feminista contribuiu significativamente para a inserção das mulheres no campo da produção do conhecimento, pois, a partir dele, as mulheres iniciaram suas reivindicações acerca de sua participação na vida pública. Isso significa que o próprio movimento dá início a um processo de democratização do saber, na medida em que as práticas científicas feministas ocupam os espaços de produção de conhecimento que antes eram exclusivos dos homens. Da mesma forma, há emergência de uma nova racionalidade e uma nova forma de fazer ciência, vinculadas com a ética do cuidado e da diferença, que destoam da racionalidade firmada sob os pilares patriarcais e que possuem forte relação com os sucessivos processos de dominação da história.

Palavras-chave: Democratização do saber; Movimento Feminista; Mulheres; Produção de Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a temática da democratização do saber, delimitando-se nas contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento. Sabe-se que, historicamente, as mulheres tiveram sua participação afastada do espaço público, o que não apenas representou uma barreira para a conquista de seus direitos, mas também significou o esquecimento de práticas culturais e de conhecimento que foram por elas construídas.

Discutir a importância da mulher na produção de conhecimento é essencial para a promoção da igualdade de gênero e o avanço do conhecimento científico. Ao longo da história, as mulheres têm sido sub-representadas nesse campo, enfrentando desafios e obstáculos que

¹ Acadêmica do Curso de Direito na Universidade de Cruz Alta. E-mail: marieduardababreu@gmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus de Santo Ângelo. Professora do curso de graduação em Direito da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Advogada. E-mail: alasartori@unicruz.edu.br



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

limitam sua participação plena. Ao abrir espaço para a participação feminina na pesquisa, expandem-se as possibilidades de descobertas e avanços alcançados em diversas áreas. Desse modo, reconhecer e promover a contribuição das mulheres é fundamental para abrigar a ciência e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, o problema central dessa pesquisa pode ser definido como: quais as contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento? O objetivo do estudo é analisar as contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento, relançando-as com um processo de democratização do saber.

A pesquisa se subdivide em três tópicos. No primeiro momento, aborda-se a problemática do medievo e da caça às bruxas, evidenciando o processo de manipulação do saber pela cultura patriarcal neste período. No segundo momento da pesquisa explora-se a estruturação do sistema patriarcal e seus impactos sobre a forma de produzir conhecimento na modernidade e na contemporaneidade. E, por fim, no terceiro e último momento do estudo, são analisadas e interpretadas as contribuições do movimento feminista para a democratização do saber, a partir da inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento e do resgate de seus saberes historicamente marginalizados.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada possui como lógica a dedução, isto é, a construção do raciocínio lógico parte de uma premissa maior em direção a uma premissa menor. A premissa maior nesta pesquisa é a democratização do saber. A premissa menor é a contribuição do movimento feminista dentro desse processo de democratização do saber. O método de abordagem, por outro lado, é a análise e a interpretação, com procedimento bibliográfico em fontes indiretas, principalmente, em obras científicas escritas por mulheres. Isso significa que, no estudo, analisam-se obras científicas e dados estatísticos acerca da participação das mulheres nos espaços de produção do conhecimento. Posteriormente, os dados e informações obtida são interpretados de maneira a vinculá-los com eventos históricos e movimentos sociais, a fim de evidenciar a existência de relações entre o movimento feminista, a inserção das mulheres no campo de produção de conhecimento e a democratização do saber.



III Seminário Internacional de História e Educação:

Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

IMPACTOS DA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PATRIARCAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O conceito de patriarcado ao longo do desenvolvimento da Teoria Política Feminista, ganhou diversos significados. A partir do aprofundamento neste conceito, tornou-se possível amplificar as pesquisas em torno da opressão contra as mulheres e explicar de que maneira a violência se estrutura na sociedade como um todo. O sistema patriarcal, sob esta ótica, reside no apelo à natureza e a alegação de que a função natural das mulheres é a subordinação. (SAFIOTTI, 2014)

Caracteriza-se, então, o termo patriarcado como uma espécie de poder político, poder este que restringe o direito das mulheres, pois concede aos homens a permissão de dominar e oprimir os corpos e as vidas das mulheres. Assim, patriarcado, “como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFIOTTI, 2015, p. 47).

De acordo com estudos específicos em relação ao conceito desse sistema, o patriarcado seria uma forma de instituição que realiza uma divisão sexista, organizando a sociedade em uma hierarquia. Para Millet, “o patriarcado é uma ideologia dominante que não admite rival; talvez nenhum outro sistema tenha exercido um controle tão completo sobre seus súditos” (MILLET, 2017). Saffioti (2015), afirma que o patriarcado não é uma relação privada, mas civil, que oferece aos homens direitos sexuais sobre as mulheres.

Além disso, Saffioti (2015) afirma que o patriarcado invade todos os espaços da sociedade, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. Desta forma, afirma a teórica, com a manutenção e preservação do patriarcado, a banalização da violência contra a mulher se torna uma consequência. Nesse sentido, os homens se relacionam de forma hierárquica e determinam o controle sobre as mulheres.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Embora a estrutura patriarcal tenha desenvolvido ao longo dos anos, deve-se ter em mente que a dominação masculina é algo estrutural, e o homem é o agente do patriarcado. Pensar o patriarcado enquanto um sistema estrutural implica em refletir acerca de suas múltiplas manifestações em diferentes campos da vida pública. Um destes campos é o da produção de conhecimento.

Em *Filosofia Feminista*, a filósofa e teóloga feminista Ivone Gebara, revela que desde a antiguidade greco-romana, os filósofos que moldaram o pensamento ocidental moderno e contemporâneo se apropriavam do conhecimento tradicional construído pelas mulheres, com base em sua fisiologia e nas experiências da natureza, ressignificando experiências femininas e importando-as como produtos masculinos. Um exemplo pode ser observado a partir da noção de que aos homens cabia a função de *parir* ideias, cabendo às mulheres o parto de novos seres humanos para servirem às ideias dos homens:

é bem sabido que Sócrates criou o método de parturição das ideias inspirado no parto físico vivido pelas mulheres. Trata-se da célebre maiêutica socrática, inspirada no ofício de sua mãe, que era parteira. Assim, ele se dizia parteiro das ideias e, sem dúvidas, parir ideias era uma atividade mais importante do que parir materialmente seres humanos. (GEBARA, 2017, p. 17).

Nesse sentido, desde a antiguidade, a tarefa de produzir conhecimento se vinculava ao sexo masculino, evidenciando a estrutura patriarcal nas formas de produção do saber. A tarefa de produzir conhecimento não é apenas importante, como também é essencial para determinar quais serão as ideias que dominarão a arena pública e, portanto, serão responsáveis por guiar a ação humana. Gebara (2017) evidencia que esse conhecimento e forma de pensar oriundos do período greco-romano influenciaram processos de violência e dominação na modernidade e na contemporaneidade. Isso porque se tratam de ideais relacionados a uma prática sociocultural de dominação e de constituição hierárquica das relações humanas, tendo o homem como sujeito dominador e a mulher como sujeito dominado. Em última análise, se a história do saber humano ocidental se constituiu com base em uma estrutura patriarcal, é possível interpretar que processos históricos de extrema violência, como as *colonizações*, as grandes guerras e também a devastação ambiental são produtos dessa mesma racionalidade masculinizada.



13 a 16 de junho
Evento Online



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Na mesma linha de raciocínio, Riane Eisler (2007), ao realizar estudos antropológicos com base em vestígios arqueológicos de civilizações antigas, teorizou acerca do importante papel das mulheres nas sociedades originárias, como detentoras do saber. Para a autora, originariamente as mulheres participavam do centro da produção do conhecimento das antigas sociedades, e, por esse motivo, diversos vestígios arqueológicos evidenciam a adoração à deusas femininas, e não à deuses masculinos. Segundo seus estudos, as mulheres participavam ativamente da vida pública e construía uma sabedoria ancestral, baseada no cuidado e na igualdade das relações entre os seres humanos, pois participavam ativamente do processo biológico da perpetuação da espécie.

Também, a partir de seus próprios corpos, as mulheres aprenderam e ensinaram sobre a natureza, sobre os processos biológicos da passagem das estações, do nascimento, amadurecimento, envelhecimento e morte (EISLER, 2007). Assim, conclui-se que, originariamente, o saber feminino se manifestava como uma *racionalidade ecológica*, no sentido de que o conhecimento não era utilizado para dominar e escravizar, mas sim para proporcionar melhores condições de vida para todas as pessoas de uma mesma sociedade.

Contudo, a partir do período do quinto milênio a.C., a arqueologia revela que ocorreu uma mudança exponencial no modo de vida das pessoas, que deixara de se organizar em tribos e clãs e passaram a constituir verdadeiros impérios. Nesses processos de crescimento das sociedades, marcas de devastação ambiental e étnica foram registradas. O ponto em comum a esses acontecimentos devastadores “*é o modelo dominador de organização social*: um sistema social onde a regra é a dominação masculina, a violência masculina e uma estrutura social hierárquica e autoritária” (EISLER, 2007, p. 92. Grifo próprio).

Portanto, a partir do quinto milênio a.C., o espaço público foi ocupado pelos homens, e as mulheres foram direcionadas para a ocupação do espaço privado, alheias à campos como a política, a cultura ou a própria produção do conhecimento. Os homens se apropriaram os saberes até então produzidos e constituía, sobre eles, novas formas de conhecimento, aliadas com ideais imperialistas, nacionalistas e patriarcais. Isso representou a instauração de uma nova *racionalidade dominadora*, ou seja, uma forma de pensar hierárquica, autoritária e violenta, baseada no imperativo da conquista, da manipulação e da dominação (CERVI; CERVI; HAHN,



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

2020).

É importante delimitar que a abordagem não trata de condenar o pensamento dos homens, delegando a ele a exclusiva responsabilidade por acontecimentos degradantes durante a história humana. O que se revela é que a forma de pensar e de produzir conhecimento estruturada sobre os pilares de uma cultura patriarcal são, em sua essência, violentas e, portanto, produzem resultados violentos. Um dos resultados mais violentos desse pensamento foi a dominação e degradação das mulheres, que, além de privadas do campo do saber, foram perseguidas, domesticadas, instrumentalizadas para fins de reprodução e subserviência. Uma das ocorrências mais violentas, nesse sentido, foi a caça às bruxas na Idade Medieval. Também foi a ocorrência que, por definitivo, excluiu as mulheres dos espaços de produção do saber.

A CAÇA ÀS BRUXAS COMO PROCESSO DE AFASTAMENTO DEFINITIVO DAS MULHERES DO CAMPO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Durante os períodos medieval e moderno, a Inquisição foi um movimento político-religioso que se justificou como uma luta contra o diabo. No entanto, essa iniciativa promoveu uma perseguição indiscriminada e intolerante à diversidade de opiniões e crenças. O objetivo era estruturar uma sociedade cristã coesa e bem-ordenada que se submetesse aos caprichos e abusos de uma minoria eclesiástica. (BAIGENT; LEIGH, 2001).

O processo inquisitório foi fundamental para a engrenagem da Inquisição, permitindo a perseguição e punição dos desafetos da Igreja, evidenciando o objetivo de dominação da população. Nesse sentido, o período da inquisição foi marcado por uma crescente severidade da teoria legal, tornando cada vez maior a crueldade da prática legal. A busca por provas irrefutáveis de bruxaria justificava condenações sob medidas implacáveis, incluindo a tortura, que, por sua vez, produziam mais confissões. (RUSSEL; ALEXANDER, 2019).

Durante o processo inquisitorial, as mulheres foram as mais perseguidas e assassinadas, em grande parte devido ao interesse em destituir seu poder na sociedade. Com a reestruturação da Europa no início do capitalismo, os meios de sobrevivência das mulheres foram destruídos, tornando-as vulneráveis e dependentes dos homens. Esse processo de degradação social levou à perda de controle e autonomia em todas as áreas da vida social, tornando-as alvos fáceis do tribunal inquisitorial. A desvalorização e a privação da autonomia das mulheres em relação aos



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

homens foram resultadas diretamente desse processo. (FREDERICI, 2017).

Devido ao seu papel na reprodução, as mulheres eram vistas como tendo uma compreensão singular dos segredos da natureza, capazes de conceder vida ou morte e de descobrir as propriedades ocultas das coisas. Essa percepção as tornou alvos na tentativa capitalista de construir uma concepção de mundo mais mecanizada. Assim, a contracepção foi criminalizada e as mulheres foram privadas do conhecimento de métodos eficazes de controle de natalidade, levando a uma maior dependência dos homens e a uma perda de autonomia em relação à sua própria saúde e reprodução. Essa criminalização também contribuiu para a marginalização das mulheres na esfera pública e para a manutenção de uma hierarquia de gênero que favorecia os homens e limitava as oportunidades das mulheres. (RUSSELL; ALEXANDER, 2019).

Como resultado, a cultura popular passou a retratar as mulheres como bruxas, associando-as à forças malignas e à práticas sobrenaturais, levando ao aumento da perseguição e da violência contra elas durante o período da Inquisição. A demonização das mulheres permitiu que a sociedade justificasse a opressão e a perseguição contra elas, com a suposta finalidade de proteger a ordem social e a pureza religiosa. (FREDERICI, 2017).

A perseguição às mulheres acusadas de bruxaria não se restringiu apenas a uma questão de controle da sexualidade feminina, mas também estava ligada à destruição de conhecimentos tradicionais que as mulheres possuíam sobre a natureza e a cura, que eram vistos como uma ameaça à visão de mundo mecanicista e racionalista que estava sendo imposta na época. Essa demonização da sexualidade feminina e da magia feminina foi uma estratégia utilizada pela Igreja e pelo Estado para justificar a perseguição e a morte de mulheres que não se adequavam aos padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal e capitalista da época. (FREDERICI, 2017). Dentre todas as místicas envoltas ao redor da bruxa, como as características mais grotescas e pejorativas, observa-se também diversas críticas atreladas a sua sexualidade. A sexualidade das mulheres era vista como algo que deveria ser controlado e reprimido pela Igreja e pelo Estado, e as mulheres que desafiavam essas normas eram consideradas perigosas e ameaçadoras. (FREDERICI, 2017).

Além disso, a acusação de imoralidade sexual também era uma forma de desacreditar as



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

mulheres e justificar a violência e opressão que sofriam. As mulheres que desafiavam o papel que lhes era atribuído na sociedade eram frequentemente rotuladas como bruxas e punidas por isso. Essa repressão sexual e social das mulheres é um exemplo claro do poder patriarcal que controlava a vida das mulheres naquela época. (FREDERICI, 2017).

A caça às bruxas teve um impacto profundo na vida das mulheres e na sociedade em geral. Além das vidas perdidas de mulheres inocentes, a caça às bruxas foi um meio de controlar e restringir as mulheres, privando-as de seus direitos e conhecimentos. O processo de caça às bruxas ajudou a consolidar a posição inferior das mulheres na sociedade, reforçando o patriarcado e a subjugação feminina. (FREDERICI, 2017).

As práticas femininas foram desvalorizadas e consideradas supersticiosas ou diabólicas, enquanto a ciência e a razão foram favorecidas, permitindo que os homens se estabelecessem como os únicos detentores do conhecimento legítimo. A perda de práticas coletivas e sistemas de conhecimento das mulheres contribuiu para a alienação e isolamento das mulheres, reforçando ainda mais a dominação masculina. (FREDERICI, 2017).

Assim, a caça às bruxas pode ser vista como um evento significativo na história das mulheres e um exemplo de como o poder e o controle masculino foram estabelecidos e mantidos ao longo do tempo.

A caça às bruxas contribuiu para a construção da imagem da mulher como ser demoníaco e perigoso, que precisava ser controlado e subjugado pelos homens. Essa visão reforçou a ideia de que as mulheres eram naturalmente inferiores e incapazes de pensar por si mesmas, além de perpetuar a desigualdade de gênero na sociedade. As bruxas não somente estavam reféns da supremacia masculina. O processo de caça induziu os homens a temer as mulheres e até mesmo a vê-las como destruidoras do sexo masculino. A figura da bruxa se tornou um arquétipo do mal, uma imagem que persiste até hoje em muitas culturas, e que permitiu que a cultura patriarcal persistisse na passagem do medieval para a era moderna e contemporânea. (FREDERICI, 2017).

Foram necessárias diversas intervenções sociais, principalmente, por intermédio do Movimento Feminista, para que o arquétipo da bruxa fosse superado, sendo que, mesmo no Século XXI, ele ainda persiste como instrumento de afastamento das mulheres da vida pública. Assim, é na contemporaneidade que as mulheres ressurgem na vida pública com



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

representatividade singular em relação às eras passadas, mas ainda frágil em relação à representatividade dos homens. Um dos campos da vida pública que é gradualmente ocupado pelas mulheres é o da produção de conhecimento. Nesse sentido, no próximo momento da pesquisa será abordado o Movimento Feminista como prática de democratização do saber a partir da inserção das mulheres no campo da produção do conhecimento.

FEMINISMO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER: A (RE)INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O feminismo se manifesta a partir de um movimento social, mas se trata de uma nova racionalidade baseada na investigação a opressão e a desigualdade social decorrentes do gênero sexual por meio da reflexão. Todos os ramos feministas compartilham o objetivo de promover a igualdade efetiva entre os seres humanos, tornando o feminismo uma ferramenta importante para entender a realidade social e intervir nela. Inicialmente, o feminismo concentrou seus esforços em questionar os padrões sexistas presentes nas teorias tradicionais, combatendo a masculinização na produção do conhecimento científico. (HARDING, 2019)

Durante grande parte de sua história, a ciência foi empreendida por representantes do masculino, homens brancos, ocidentais, elitistas e coloniais. Conseqüentemente, os parâmetros utilizados para produzir uma ciência considerada legítima incorporam a visão de mundo daqueles que criaram essa ciência (LÖWY, 2009). A trajetória das mulheres na ciência é moldada por uma cultura baseada no *modelo masculino de carreira*. Esse modelo de carreira foi criado levando em consideração as características dos homens, tornando a jornada das mulheres na ciência mais difícil de ser seguida, pois estes modelos acabam por restringir e direcionar a participação das mulheres na produção de conhecimento (VELHO, 2006).

Schiebinger (2001) discute o conceito de *teto de vidro*, a expressão é frequentemente utilizada como uma metáfora para ilustrar os obstáculos invisíveis que limitam e dificultam a ascensão das mulheres na carreira profissional. Embora não existam barreiras formais que justifiquem o fato de as mulheres não conseguirem avançar profissionalmente na mesma proporção que os homens, ainda assim, elas enfrentam dificuldades decorrentes de uma série de fatores, muitas vezes sutis e enraizados nas estruturas sociais. Esses obstáculos são muitas vezes



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

invisíveis e difíceis de serem identificados, daí a utilização da metáfora do *teto de vidro*. A partir da compreensão de que o patriarcado é a base da legitimidade do poder e da reprodução da dominação sobre as mulheres, permeando diversas formas de opressão presentes na sociedade, é possível perceber sua influência na invisibilidade das mulheres em campos acadêmicos, políticos e em outros espaços importantes para a discussão do feminismo.

A existência de barreiras que impedem o acesso a níveis de maior hierarquia e prestígio costuma prejudicar a construção da carreira das mulheres na ciência. Embora haja uma participação equitativa entre homens e mulheres na ciência em termos numéricos, a hierarquia acadêmica ainda é predominantemente ocupada por homens, independentemente da área de conhecimento. Isso significa que, mesmo que haja igualdade numérica de gênero na base da carreira científica, há uma disparidade no acesso aos cargos mais altos, o que compromete a igualdade de oportunidades para as mulheres. (SCHIEBINGER, 2001)

Para Donna Haraway (1991), a sub-representação das mulheres na ciência é um problema que surge a partir de um processo histórico mais amplo, que apresenta uma distribuição assimétrica de poder, inferiorizando não somente as mulheres, mas também certas nacionalidades, etnias e classes sociais. Nesse sentido, a autora argumenta que há uma *informática da dominação* em jogo, na qual a produção científica é utilizada como uma ferramenta de controle, acessível apenas para as hierarquias superiores, no caso, aqueles que possuem o poder patriarcal.

Historicamente, a participação das mulheres na ciência foi escassa, principalmente devido ao fato de que o campo da produção de conhecimento era considerado exclusivo do sexo masculino. Quando tais participações ocorriam, eram invisibilizadas, e, na maioria das vezes, os homens reivindicavam para si os direitos intelectuais sobre a produção do conhecimento pelas mulheres. Um exemplo dessa dinâmica foi a desconsideração da importante participação da pesquisadora Lise Meiter (1878-1968) que, em conjunto com Otto Hahn (1879-1968), descobriu o processo de fusão nuclear. Tal descoberta foi reconhecida com uma premiação Nobel, contudo, apenas Otto a recebeu, e nem sequer citou a contribuição de Lise nas pesquisas (VAZ; BATISTA; ROCHA, 2020).

Apesar da ciência ser um campo de predomínio masculino, as mulheres, mesmo que



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

invisibilizadas, mantiveram uma tímida participação nele e algumas foram, inclusive, mundialmente reconhecidas. É o caso, por exemplo, de Marie Curie, que, em 1903, tornou-se a primeira mulher ganhadora do Prêmio Nobel de Física e, em 1911, a ganhadora do Prêmio Nobel em Química, a partir de suas pesquisas relacionadas ao fenômeno da radiação láurea e à descoberta dos elementos químicos rádio e polônio. (VAZ; BATISTA; ROCHA, 2020).

Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo na participação das mulheres em instituições de educação superior nos países da América Latina. Um recente estudo da Unesco (MCGREGOR; HARDING, 1996) mostrou um crescimento significativo das mulheres frente à produção de conhecimento nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Durante as décadas de 1980 e 1990, as mulheres brasileiras aumentaram sua participação no setor científico, acompanhando a tendência global de maior inclusão feminina nesse campo. Apesar disso, é evidente que a entrada crescente das mulheres nas instituições de ensino superior indica um maior envolvimento feminino no sistema de ciência e tecnologia (MCGREGOR; HARDING, 1996).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2020) a América Latina, o Caribe e a Ásia Central são as únicas regiões no mundo que atingiram a paridade na proporção de investigadores do sexo feminino para o masculino, considerando todas as áreas de pesquisa. Para chegar à paridade, é preciso que entre 45% e 55% dos investigadores sejam mulheres. De acordo com levantamentos, as mulheres são a maioria (58%) entre os bolsistas Capes, assim como entre os estudantes de mestrado (57%) e doutorado (54%). Porém, deixam de ser o maior número como coordenadoras de grupos de pesquisa (38%).

É interessante perceber que o aumento da participação das mulheres no espaço público da produção do conhecimento ocorre concomitantemente à sistematização e organização do Movimento Feminista. Segundo os dados elencados, percebe-se um significativo aumento da representatividade feminina na ciência a partir da década de 1970. Foi também a partir de 1970 que o Movimento Feminista foi organizado e articulado para reivindicar, publicamente, os direitos das mulheres à participação no espaço público, inclusive na participação da produção de conhecimento (SILVA, 2019).

Atualmente, no âmbito da política nacional de educação brasileira, é possível perceber



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

algumas iniciativas de incentivo à participação das mulheres na ciência, principalmente, por meio de projetos e programas institucionais de participação feminina em pesquisas. Também são fomentadas pesquisas vinculadas com os direitos das mulheres e o seu reconhecimento na esfera pública, o que contribui significativamente para a (re)construção de uma narrativa histórica acerca de sua participação no espaço público, ainda se percebe que a participação das mulheres é singela no espaço de produção do conhecimento. Um dado que representa essa participação reduzida é o fato de que apenas 3% dos Prêmios Nobel foram destinados às mulheres (VAZ; BATISTA; ROCHA, 2020).

Leva-se em consideração que, no Brasil, a falta de mulheres nas principais posições científicas seja o resultado de uma questão mais profunda no país, causada pelos mesmos fatores que explicam por que os salários das mulheres são mais baixos ou porque há poucas mulheres em conselhos de empresas, ou mesmo em posições governamentais de alto nível. Devido à cultura patriarcal, as mulheres ainda não são reconhecidas como capazes e competentes pelos responsáveis pela seleção dos candidatos que têm acesso a esses cargos. Ainda são, portanto, invisíveis frente a produção de conhecimento.

É neste sentido que Ivone Gebara (2017) reconhece a necessidade da formulação de uma Filosofia Feminista, no sentido de garantir a construção de uma nova racionalidade a partir da participação das mulheres no campo da produção do conhecimento. Para a autora, o fato de os homens, historicamente, ocuparem o espaço do saber implica que apenas uma forma de racionalidade se instaurou no ocidente, pautada na dominação, na desigualdade e na violência. Permitir a participação das mulheres na produção do conhecimento é garantir a democratização do saber, no sentido de que novas racionalidades emergem, que, conseqüentemente, indicam novas formas de firmar relações entre os seres humanos e entre os seres humanos e o ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista desempenha um papel crucial não apenas na conquista de direitos sociais, como o direito ao voto, leis específicas e políticas públicas, mas também na garantia da participação das mulheres na produção de conhecimento. Através da construção de conhecimento baseada na teoria feminista, busca-se dar voz à história das mulheres, a fim de



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

compreender as origens de crenças, valores e práticas opressivas, desclassificadoras e estigmatizantes.

Esses estudos, críticas e construções teóricas propõem investigar o papel do gênero na produção de conhecimento, reconhecendo que há um viés de preconceito contra a produção feminina, que é frequentemente minimizada nas diversas áreas do conhecimento, resultando no esquecimento e apagamento das experiências das mulheres, assim como das questões relacionadas às relações de gênero. Isso significa, portanto, que o feminista, a partir de suas mobilizações e reivindicações, criou espaços e incentivou as mulheres a participar da produção do conhecimento, o que representa uma democratização do saber a partir da garantia da participação de diferentes pessoas no ambiente público do saber.

REFERÊNCIAS

BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. **The Inquisition**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. 348 p.

CERVI, Taciana Marconatto Damo; CERVI, Jacson Roberto; HAHN, Noli Bernardo. EM DEFESA DA VIDA: UM OLHAR INTEGRANDO HANNAH ARENDT, ECOLOGIA INTEGRAL E CULTURA BÍBLICO-HEBRAICA. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), v. 25, n. 2, p. 417–430, 2020. DOI: 10.14210/nej.v25n2.p417-430. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/16913>. Acesso em: 12 maio. 2023.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro. São Paulo: Palas Athena, 2007.

FREDERICI, Silvia. **Caliba e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019.

GEBARA, Ivone. **Filosofia Feminista**: uma brevíssima introdução. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

HARAWAY, D. **A cyborg manifesto**: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature, pp. 149-82. New York: Routledge, 1991.

LÖWY, I. **Ciências e gênero**. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

McGREGOT, E. e HARDING, S. “**Science By Whom?**” Em *The Gender Dimension of Science*



13 a 16 de junho
Evento Online



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

And Technology. Unesco, World Science Report. 1996.
[Http://www.Unesco.Org/Science/Publication/Eng_Pub/Gender.Htm](http://www.Unesco.Org/Science/Publication/Eng_Pub/Gender.Htm)

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. 3. ed. Nova Iorque: Doubleday & Company, 2017.

RUSSELL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. **História da Bruxaria: feiticeiras, hereges e pagãs**. 2. ed. São Paulo: Goya, 2019.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife: Publicação Independente, 2019.

SOUZA, A. M. F. L. **As armas de marte no espelho de vênus: a marca de gênero em Ciências Biológicas**. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

VAZ, M. A.; BATISTA, C. R. G.; ROTTA, J. C. G. **Participação feminina nas ciências: contexto histórico e perspectivas atuais**. Revista Hipótese, Bauru, v. 7, p. e021007, 2021. DOI: 10.47519/eiaerh.v7.2021.ID49. Disponível em: <https://revistahipotese.editoraiberoamericana.com/revista/article/view/49>. Acesso em: 17 maio. 2023.

VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento**. Londrina: IAPAR, 2006. p. xiii-xviii.